

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 3 | edição nº 3 | 2014

*A Formação do Analista de Relações
Internacionais e os Governos
Subnacionais Brasileiros: Um Olhar
para o Mato Grosso do Sul*

Rainne Feitosa do Nascimento,
Henrique Sartori de Almeida Prado



*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A FORMAÇÃO DO ANALISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS GOVERNOS SUBNACIONAIS BRASILEIROS: UM OLHAR PARA O MATO GROSSO DO SUL

Rainne Feitosa do Nascimento¹
Henrique Sartori de Almeida Prado²

Resumo: Este artigo discute a paradiplomacia e a formação acadêmica do analista de Relações Internacionais (RI) no Brasil. Neste sentido, observam-se oportunidades de carreira no mercado de trabalho aos profissionais com habilidades de diálogo entre o espaço local e global. O estudo traz uma contribuição empírica com o objetivo de observar se existe consonância entre a formação acadêmica e demanda profissional, além de um com foco especial para o estado do Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Analista de Relações Internacionais; Formação acadêmica; Mato Grosso do Sul.

THE ACADEMIC TRAINING OF THE INTERNATIONAL RELATIONS ANALYST AND THE BRAZILIAN SUBNATIONAL GOVERNMENTS: A LOOK AT THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

Abstract: This article discusses the paradiplomacy and the academic training of the analyst of International Relations (IR) in Brazil. In this sense, there are career opportunities in the job market for professionals with skills for dialogue between local and global spaces. The study provides an empirical contribution in order to observe whether there is consonance between the academic and professional demand, with special focus in the state of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Paradiplomacy; International Relations Analyst; Academic training; Mato Grosso do Sul.

¹ Mestranda em Estudos Fronteiriços pela UFMS. Graduada em Relações Internacionais pela UFGD. Foi bolsista voluntária do programa de iniciação científica da Universidade Federal da Grande Dourados - PIVIC/UFGD e do Programa de Extensão Universitária (PROEX) da mesma instituição. E-mail: rainne_1000@hotmail.com

² Professor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Membro do Grupo de Pesquisa Fronteiras, Integração Regional e Desenvolvimento - FADIR/UFGD e do LABMUNDO-Rio (IESP/UERJ). E-mail: henriquesartori@ufgd.edu.br / hsartori@gmail.com

Introdução

Desde o final do século XX as relações internacionais passam por transformações que caracterizam uma nova política global. O término do período de extrema rigidez dos polos de poder possibilita a ascensão e fortalecimento de novos atores internacionais que adquirem influência no processo decisório internacional. Nesse sentido, a atuação de movimentos, anteriormente abafados no período bipolar, ganha força juntamente com o surgimento de novos outros, tornando o sistema internacional complexo com a presença de elementos múltiplos.

Os Estados Nacionais ainda permanecem como atores internacionais com grande poder no ambiente internacional. Contudo, face a este novo momento, o contexto também é favorável à atuação de novos agentes, como a sociedade civil organizada, as empresas privadas e os governos subnacionais. Nesse sentido, são observados novos arranjos organizacionais influenciados pelos fluxos internacionais que penetram no interior dos Estados, sendo este, muitas vezes, incapaz de controlá-los.

Em vista da influência desta dinâmica internacional, os governos subnacionais têm oportunidade de projeção neste ambiente, caracterizando o fenômeno denominado paradiplomacia. Por deslocar-se do eixo da diplomacia tradicional, a paradiplomacia compreende ações de governos não centrais em questões internacionais por meio de atividades principalmente voltadas para o desenvolvimento comercial e econômico, agindo também em busca de oportunidade de cooperação internacional.

Como fora pontuado, a atuação de novos atores internacionais permite visualizar a ação dos governos subnacionais no plano internacional. Para atender a proposta deste estudo, o primeiro momento dedica-se à observação da paradiplomacia, entendida como um fenômeno das relações internacionais que permite a atuação dos governos subnacionais no ambiente internacional. Em seguida, o trabalho propõe um estudo da realidade das atividades paradiplomáticas no Brasil, tendo em vista que o contexto brasileiro torna-se cada vez mais favorável ao fomento de tais práticas devido à formação de atividades e interesses distintos entre e das entidades federadas brasileiras, além do incentivo do governo central na promoção de programas de cooperação descentralizada e fortalecimentos de órgãos públicos para assessoria e acompanhamento dessas atividades.

A atuação internacional destes entes demanda estudos aprofundados dos cenários internacionais. Sob esta perspectiva, o estudo apresenta a importância da formação

acadêmica de Relações Internacionais no Brasil neste processo. Tendo em vista a existência de uma demanda crescente no mercado de trabalho brasileiro, carente de formação profissional que indique dinamicidade, flexibilidade, conhecimento da realidade interna e externa, características estas que compõem o perfil do analista de Relações Internacionais. Neste sentido, em que medida os cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil têm respondido a demanda das atividades de paradiplomacia e da cooperação descentralizada no país?

Para melhor ilustrar o presente texto, apresenta-se como estudo de caso, uma abordagem especial ao *status* da paradiplomacia no Mato Grosso do Sul, ente federativo brasileiro visto com grande potencial internacional a ser explorado, como na produção de *commodities*, sobretudo com capacidade exportadora e o seu relacionamento fronteiriço com países do Mercosul e a atuação do profissional de Relações Internacionais na promoção de sua internacionalização.

1. A paradiplomacia nas relações internacionais

O termo paradiplomacia, cunhado pelo basco Panayotis Soldatos, identificava a atuação internacional das unidades subnacionais de diferentes Estados. Seguindo a ideia, segundo Duchacek, “o termo “paradiplomacia” parece ser apropriado de fato. O termo ‘para’ na verdade, indica não apenas algo paralelo, mas também, de acordo com Dicionário Webster, algo ‘associado’ a uma capacidade subsidiária”³. (DUCHACEK, 2001: 25)

Apesar de amplamente utilizado, o conceito desperta receios especialmente por parte dos governos centrais pela ideia de uma diplomacia realizada paralelamente àquela praticada pelo Estado. No entanto, seu emprego tem sido utilizado para referir-se ao recurso complementar dos governos subnacionais na busca de atendimento às demandas internas, contribuindo para o desenvolvimento nacional. Neste sentido, Cornago Prieto traz um entendimento a respeito:

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados

³ “The term ‘paradiplomacy’ seems appropriate indeed; the term ‘para’, in fact, indicates, not only something parallel, but also, according to the Webster Dictionary, something ‘associated in a subsidiary or accessory capacity’”. (Tradução livre dos autores).

socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. (CORNAGO PRIETO, 2004: 251)

Dessa forma, os entes não centrais, aqui denominados de governos subnacionais, (Estados, municípios, províncias, departamentos, regiões, *Länder*, regiões, etc.) têm a oportunidade de utilizar novas estratégias para seu desenvolvimento interno. Tais atividades podem ter interesses políticos e econômicos – como a projeção das autoridades locais, comercialização dos produtos locais incentivando à exportação, atração de novas tecnologias e internacionalização da economia das unidades federativas. E ainda, o fomento da cultura local, da educação e do turismo com participação em políticas adotadas para tratativa de questões, ambientais, de segurança em foros específicos, em processos de integração regional, ou em outras iniciativas internacionais.

A “permeabilidade” das fronteiras nacionais também permite que novas instâncias da esfera pública estejam suscetíveis às transformações da conjuntura internacional, assim como, utilize destas novas oportunidades para inserção internacional. É a chamada “globalização do local” (DUCHACEK, 2001: 9) baseada na interação entre assuntos internos e internacionais. Dessa forma, a atuação dos governos subnacionais tem ganhado maior respaldo com a intensificação da globalização, com a prevalência universal dos princípios democráticos e ainda, com a intensificação dos processos de integração.

No entanto, a paradiplomacia não é tão recente como parece ser. Em 1882 podem ser observadas atividades paradiplomáticas nas relações comerciais e identitárias entre Quebec e Paris (MICHELMANN; SOLDATOS, 2001: 34). A globalização trouxe impulso a estas atividades permitindo novos espaços para atuação internacional dos governos subnacionais. Portanto, a paradiplomacia, entendida como fenômeno global, é considerada parte das complexas redes de relação surgidas por meio da globalização (BUENO, 2010: 28).

Com relação aos princípios democráticos e a autonomia concedida aos governos subnacionais, deve-se a cada constituição ou conjunto de normas internas de cada Estado Nacional. No modelo dos Estados compostos, ou seja, no federalismo, é marcante a presença de governos subnacionais que promovem as relações internacionais, ao passo que a paradiplomacia encontra mais obstáculos em Estados unitários ou com características centralizadoras.

No que diz respeito aos processos de integração regional, as atividades paradiplomáticas têm sido tratadas como estratégias complementares para maior

cooperação e fortalecimento de suas instituições. Como exemplo, podemos citar o pleno desenvolvimento do Comitê das Regiões na União Europeia e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL. (SALOMÓN, 2012: 11).

A paradiplomacia, portanto, é uma realidade em vista da forte presença de elementos interligados entre as sociedades locais e estrangeiras. Contudo, tal fato indica que, muitas vezes, as atividades realizadas não têm acompanhamento do ordenamento jurídico dos governos centrais. Em certos casos, existe respaldo jurídico com variação dos níveis de autonomia dos governos subnacionais no plano internacional. (PRAZERES, 2004: 302)

Portanto, o grau de autonomia das unidades subnacionais, visando sua atuação internacional, varia conforme o ordenamento jurídico interno. Tal fato influencia diretamente no tipo de atividades desenvolvidas pelos governos subnacionais. No caso brasileiro, qual o limite de atuação das unidades federadas no âmbito internacional?

2. A paradiplomacia no Brasil: realidade e perspectivas

Analisando a paradiplomacia no Brasil, considera-se o período de retomada destas atividades no país nos anos de 1980 após um período de atuação inicial de Estados-membros na Primeira República (1889 - 1930) e pouca atuação a partir da Era Vargas até a segunda metade da década de 1980.

O período contemporâneo de retomada nos anos 80 é marcado pela descentralização política e fiscal que a Constituição de 1988 promoveu no país, aliado ao processo de redemocratização na América Latina. No plano constitucional, observa-se um modelo federativo moderno em que, além arrolar os Estados-membros, indica de forma inovadora os municípios, que também passam a compor o rol de entes federados brasileiros. Além disso, a Constituição atribui-lhes responsabilidades na busca do desenvolvimento local e deveres no pacto federativo.

Com a abertura econômica do país a partir dos anos de 1990, observa-se uma forte dinâmica em relação aos fluxos comerciais, levando novas perspectivas de desenvolvimento econômico a vários pontos do Brasil, gerando competitividade internacional e progresso nas comunicações. Estes instrumentos de natureza endógena (redemocratização e descentralização) e exógena (fluxos comerciais e econômicos,

globalização) despertam os intuitos paradiplomáticos, o que muitas vezes ocorre sem o amparo necessário, como é o caso brasileiro.

Vale destacar que os entes subnacionais não possuem personalidade jurídica internacional, isto é, não assumem ou mantêm tratados ou acordos internacionais. Tais compromissos são delegados apenas ao soberano - o Estado. Como fora dito, o modelo federativo permite certa autonomia das unidades subnacionais na busca dos interesses locais no plano internacional⁴. Quanto ao direito internacional observa-se que não há instrumentos que impeçam tais ações:

Não há razão por que o direito internacional se oponha à atitude do Estado soberano que, na conformidade de sua ordem jurídica interna, decide vestir seus componentes federados de alguma competência para atuar no plano internacional, na medida em que outras soberanias interessadas tolerem esse procedimento, conscientes de que, na realidade, quem responde pela província é a união federal (REZEK, 2011: 272).

Portanto, apesar da paradiplomacia não possuir estatutos consagrados no âmbito jurídico internacional, o Estado nacional, como direito, não proíbe tais práticas, a menos que sua organização política interna não as permita. Como mencionado, no ordenamento jurídico brasileiro não há normativa expressa a respeito da paradiplomacia. A busca de construção de diálogo político com o governo central é percebida na criação da chamada “diplomacia federativa” (termo empregado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso) para legitimar as atividades de cooperação internacional e de inserção internacional das unidades federadas. Tais atividades são observadas e assessoradas pelo Itamaraty, com a criação da AFEPA – Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares⁵.

Na gestão do Presidente Lula da Silva, no plano institucional-burocrático, o ambiente envolvendo a paradiplomacia no Brasil se modificou. Houve um avanço e incentivo por parte do governo brasileiro para uma maior participação das entidades federadas brasileiras nas agendas de ação e de cooperação internacional, promovidas pela União. Destaca-se a criação da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF)⁶ no ano de 2003,

⁴ Estados que adotam o federalismo como Canadá, Bélgica, Suíça, Alemanha e Argentina, por exemplo, vem buscando meios para permitir que seus entes federados possam firmar acordos internacionais. Essas iniciativas podem se apresentar sob a forma de dispositivos e reformas constitucionais ou através da criação de instâncias que se destinam a realizar a interface entre os governos subnacionais e o exterior.

⁵ Decreto 7304 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7304.htm>.

⁶ Decreto 4607 de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4607.htm>.

vinculada à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e programas de cooperação em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE).

Ainda que tradicionalmente na cooperação internacional os países do Norte (EUA, Europa, Canadá, Japão, etc.) sejam os grandes doadores e os países do Sul, receptores, a proposta da política externa brasileira tem buscado construir um caminho alternativo a esta tradição. A proposta brasileira alia interesses de ajuda mútua, ao desenvolvimento de novas tecnologias e investimentos entre países em desenvolvimento (SALOMÓN, 2012: 11).

Nas relações Sul-Sul⁷, o Brasil tem buscado ferramentas para um maior protagonismo nas discussões de cooperação internacional. Neste sentido, os governos subnacionais possuem ferramentas de inserção e participação, como por exemplo, no Fórum de Relações Intergovernamentais e Governança Local do IBAS e promoção dos mecanismos de cooperação internacional junto ao BRICS.

Desta forma, o incentivo de cooperação horizontal (Sul-Sul) trouxe novas oportunidades envolvendo governos subnacionais, sobretudo, em experiências de cooperação técnica internacional e investimentos externos. Nesta perspectiva, destacam-se as novas oportunidades trazidas por programas de cooperação descentralizada.

Neste sentido, de acordo com Marcelo de Oliveira Fernandes e Ana Maria de Azevedo, “a cooperação descentralizada é aquela que possui características gerais da cooperação horizontal, sem necessariamente incorporar a figura do Estado-nação” (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2011:15), e ao mesmo tempo

“[...] implica uma eleição estratégica de agentes descentralizados, compartilhada e apoiada por estruturas nacionais e por organizações internacionais, as quais devem adotar uma visão do desenvolvimento global fundamentada no desenvolvimento local.” (2011: 38).

No entanto, se há interesse da política brasileira em avançar nestes rumos, alguns impasses ainda são observados. Atualmente, as atividades internacionais dos governos subnacionais brasileiros, em grande parte, ainda são restritas aos grandes e médios centros urbanos que possuem capacidade administrativa ou política para prospectarem programas

⁷“As origens da Cooperação Sul-Sul podem se traçar à constituição do segundo grande eixo (junto com o eixo ideológico – estratégico Leste-Oeste) que dominou as relações internacionais durante a Guerra Fria: o eixo socioeconômico Norte-Sul. [...] Nesse contexto, a Declaração de Buenos Aires, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (1978), estabeleceu um plano de ação para promover um tipo de cooperação baseada mais no intercâmbio horizontal de experiências entre iguais que nos fluxos financeiros assimétricos da cooperação tradicional. O objetivo era reforçar os vínculos políticos entre países em desenvolvimento para ganhar poder negociador nas agendas internacionais e também propiciar o intercâmbio cooperativo em tecnologia e outros conhecimentos” (SALOMÓN, 2012: 10).

de cooperação internacional, por exemplo. Por serem atividades não institucionalizadas, o nível de autonomia dos governos subnacionais brasileiros ainda é baixo. Outro impasse ocorre à medida que o desenvolvimento de tais atividades está sujeito às alternâncias de governo, ficando à mercê da vontade política dos governantes (CNM, 2011; SALOMÓN, 2012).

Em muitos casos, as atividades internacionais dos governos subnacionais são desenvolvidas por outras estruturas governamentais que não estão vinculadas à área internacional propriamente dita: Secretarias de Planejamento, Turismo, Cultura e de Desenvolvimento assumem tais funções, o que gera, conseqüente, morosidade e prejuízos na condução destes assuntos, uma vez que a presença de especialistas na área se faz necessária para obter êxitos em negociações. Posto isso, a questão da formação, profissionalização e capacitação desses agentes públicos, são imprescindíveis “para gerir com competência os fluxos de cooperação internacional em seus respectivos territórios” (CORRÊA, 2010).

Desta forma, apesar do crescimento institucional, no tocante à criação de órgãos especializados para atender a demanda internacional por parte dos governos subnacionais no Brasil, “fica clara a necessidade em buscar profissionais qualificados” (CNM, 2011: 106), que possuam um perfil dinâmico, flexível, capaz de dialogar neste espaço e oferecer a estes governos novas perspectivas de ganhos na cooperação e inserção internacional. Neste contexto a formação acadêmica do estudante de relações internacionais apresenta-se como um ponto favorável para auxiliar a inserção e atuação dos estados-federados e municípios brasileiros no plano internacional, tendo em vista a crescente relação das questões globais com as realidades locais (CNM, 2011), assim, passaremos a relacionar a atuação profissional do analista de relações internacionais com a formação acadêmica e a adequação ao debate da inserção dos governos subnacionais.

3. A paradiplomacia no Brasil: formação acadêmica e atuação profissional

Existe um crescente debate acadêmico a respeito das possibilidades de carreira que se apresentam ao analista de Relações Internacionais no mercado de trabalho brasileiro (LESSA, 2005; ALMEIDA, 2006; RIBEIRO, KATO, RAINER, 2013). Por ser uma área resultante do encontro de vários saberes, a formação acadêmica do profissional de

Relações Internacionais se mostra versátil e conseqüentemente, permite habilidades de análise e prospecção de cenários no complexo ambiente internacional.

De todas as formações na área de Ciências Humanas, a de Relações Internacionais é uma das que possui maior versatilidade. O egresso do curso tem, potencialmente, muitas possibilidades de se inserir profissionalmente no mercado de trabalho, que se ainda é majoritariamente caracterizado pela forte presença do setor público, tem muitas oportunidades em outros setores. (LESSA, 2005:47).

No setor privado existe demanda por tais profissionais, especialmente quando observam-se os processos de internacionalização de empresas. Ainda neste setor, verifica-se sua inserção por meio de programas de *trainees* em áreas de indústria, comércio e serviços.

No setor público, além da tradicional área diplomática, apresentam-se a cooperação internacional, a paradiplomacia e a cooperação descentralizada (CD), cujos temas têm perpassado por importantes discussões e produções acadêmicas principalmente nas áreas da Ciência Política, Direito e Relações Internacionais. Fora do ambiente acadêmico, como mencionado, a paradiplomacia e a cooperação internacional têm despertado os estados federados e municípios no tocante ao aproveitamento das oportunidades de ganhos internacionais, tornando importante a busca por profissionais que dominem esses assuntos.

Posto isso, esta seção dedica-se à análise dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil, baseando-se nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC)⁸ a respeito da presença de disciplinas que auxiliem diretamente na formação destes profissionais.

Para tanto, empenhou-se um estudo comparativo e exploratório das grades curriculares e dos projetos político-pedagógicos dos referidos cursos, sendo possível, em parte, obter informações sobre disciplinas voltadas ao estudo da paradiplomacia e da cooperação descentralizada, levantando também informações sobre a presença de disciplinas similares relacionadas à cooperação internacional, uma vez que entendemos que a cooperação descentralizada é um tipo de cooperação internacional (PINO, 2006) que possui como atores implicados, administrações públicas regionais e locais, atores esses, diretamente envolvidos com a prática da paradiplomacia⁹.

⁸ Dados extraídos do E-MEC/MEC (2012) que contemplam as instituições de ensino superior público e privado no país. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

⁹ O empenho da pesquisa em buscar informações e dados sobre cooperação internacional e cooperação descentralizada justifica-se pelo fato de serem campos de crescente atuação paradiplomática.

Dada a inexistência de estudos deste caráter, utilizou a amostra representativa da população (total dos cursos).¹⁰ Tais dados contribuem para traçar observações interessantes ao questionamento que será exposto e discutido nesta seção.

Tabela 1 – Cursos de graduação em Relações Internacionais e distribuição das disciplinas

Região	Número de cursos	Paradiplomacia	Cooperação descentralizada	Similar à Cooperação Internacional
Norte	05	Zero	Zero	03
Nordeste	09	Zero	Zero	05
Sul	26	01	Zero	05
Sudeste	56	01	Zero	14
Centro-Oeste	10	Zero	Zero	05
Não Encontrado ¹¹	18	---	---	---

Fonte dos dados: Ministério da Educação (MEC) e Grade Curricular dos Cursos pesquisados. Elaboração própria.

Nota-se que, de acordo com o levantamento, há uma forte concentração de cursos de Relações Internacionais na região Sudeste, seguida de longe da região Sul e ainda uma ausência quase plena de disciplinas formatadas pelas instituições de ensino para atender a temática da paradiplomacia no Brasil. No que diz respeito às disciplinas de paradiplomacia, constatou-se a presença da disciplina de “Cidades em Relações Internacionais” na grade curricular da UNISANTOS em São Paulo e a disciplina de “Paradiplomacia, Governos Subnacionais e Sociedade Civil” na matriz curricular da UNILA no Paraná.

¹⁰ A verificação da validade da amostra ocorreu mediante a aplicação da fórmula $(n = N \cdot n_0 / N + n_0)$, em que n refere-se ao tamanho da amostra; N é o total da população, n_0 é o coeficiente $([1/e]^2)$, onde e é a margem de erro esperada) descrita por Berni (2002) observando a amostra mínima aceitável dentro do total de 124 cursos de Relações Internacionais no país.

¹¹ Foram eliminados da amostra 18 cursos cujos projetos pedagógicos não constavam nos *sites* das IES ou que já não estavam mais em funcionamento.

Quando observada a proporção do número de cursos por região e a presença de disciplinas correlatas, verifica-se que há destaque para região Norte e, em seguida, para a região Nordeste. Quanto às disciplinas similares, seguindo a metodologia, foi proposto o levantamento daquelas vinculadas aos assuntos de cooperação internacional.

Tabela 2 – Cursos de graduação em Relações Internacionais e disciplinas similares à Cooperação Internacional.

	Nome da instituição	UF	Disciplinas similares à Cooperação Internacional
1.	UNAMA	AM	Elaboração e análise de projetos internacionais para o desenvolvimento
2.	UFRR	RR	Cooperação para o Desenvolvimento
3.	UNINORTE	AM	Cooperação e Organizações Internacionais
4.	UFS	SE	Análise e gestão de projetos de Cooperação Internacional
5.	UNIJORGE	BA	Cooperação Internacional
6.	ASCES	PE	Acordos de Cooperação Internacional
7.	FADIC	PE	Acordos de Cooperação Internacional
8.	FIR (Faculdade Estácio de Recife)	PE	Acordos de Cooperação Internacional
9.	UNISINOS	RS	Fomento à Cooperação Técnica Internacional / Processos de integração e Cooperação Internacional
10.	FAA – Foz do Iguaçu	PR	Projetos de Cooperação Técnica Internacional
11.	FAA – Caxias do Sul	RS	Projeto de Cooperação Técnica Internacional
12.	FAABA	RS	Projeto de Cooperação Técnica Internacional

13.	UNILA	PR	Negociação e Cooperação Internacional
14.	USP	SP	A governança dos local/global <i>commons</i> : arranjos institucionais, interdependência e análise multinível para a gestão dos recursos naturais
15.	UniverCidade	RJ	Cooperação Internacional
16.	CUML	SP	Projetos de Cooperação Internacional
17.	UNAERP	SP	Cooperação Internacional
18.	UNILUS	SP	Cooperação Internacional
19.	UNIMEP	SP	Cooperação Internacional
20.	NEWTON PAIVA	MG	Diplomacia, Cooperação e Tratados Internacionais
21.	FEC-FAAP	SP	Cooperação Internacional
22.	SENACSP	SP	Estratégias de Cooperação Internacional
23.	FRB – GV	SP	Cooperação Internacional
24.	UNESA (Universidade Estácio de Sá)	RJ	Acordos de Cooperação Internacional
25.	UNESA – Campus BARRA I	RJ	Acordos de Cooperação Internacional
26.	UNESA (RJ) - Campus CENTRO I	RJ	Acordos de Cooperação Internacional
27.	UNESA (RJ) – Campus Nova América	RJ	Acordos de Cooperação Internacional
28.	UNB	DF	Cooperação Internacional

29.	UCB	DF	Cooperação Internacional
30.	UDF	DF	Cooperação Internacional
31.	PUC-Goiás	GO	Cooperação Internacional I / Cooperação Internacional II/ Projetos de Cooperação Internacional
32.	IESB	DF	Cooperação Internacional

Fonte dos dados: Ministério da Educação (MEC) e Grade Curricular dos Cursos pesquisados. Elaboração própria.

A maior presença de disciplinas similares, especialmente na região Sudeste, indica que há probabilidade de serem contemplados assuntos relacionados ao tema. Contudo, as informações não comprovam, necessariamente, tal fato à medida que a maioria dos *sites* das IES não fornece o projeto político-pedagógico, mencionando a oferta destas disciplinas apenas na estrutura curricular dos cursos.

Oportunidades de trabalho para os analistas de relações internacionais tem surgido nos últimos anos, dado ao fato da criação de assessorias e secretarias de assuntos internacionais por parte das entidades subnacionais brasileiras (LESSA, 2005; CNM, 2011), contudo, o levantamento produzido aponta para a necessidade de um maior diálogo e para a criação de uma sintonia entre as necessidades dessas entidades com os projetos políticos-pedagógicos dos centros formadores.

E ainda, de forma complementar, estudos recentes apontam para a necessidade dos governos subnacionais em buscar profissionais qualificados, com percepção para assuntos globais e que, ao mesmo tempo compreendam a realidade local. Neste sentido, o analista de relações internacionais se apresenta com uma formação adequada para representar estes governos em assuntos internacionais. (CNM, 2011; OLIVEIRA; AZEVEDO, 2011).

Com a finalidade de debater e apresentar os resultados do grupo de pesquisa em Cooperação Descentralizada e Paradiplomacia, vinculado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), segue a proposta do artigo com uma aplicação de caso, traduzida em um formato descritivo envolvendo o exemplo do estado do Mato Grosso do Sul, aliado ao intuito de visualizar as oportunidades e desafios para a atuação profissional do analista em relações internacionais.

4. O analista de Relações Internacionais a paradiplomacia e o Mato Grosso do Sul

Como visto, as ações de paradiplomacia são importantes instrumentos que permitem explorar o potencial das entidades subnacionais brasileiras no âmbito internacional. A localização relativamente ao centro da América do Sul e a fronteira com Paraguai e Bolívia ampliam as oportunidades internacionais do estado do Mato Grosso do Sul (MS). Ademais, o envolvimento e iniciativas de integração subnacionais como o CODESUL (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul) e o ZICOSUL (Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul) fazem com que o diálogo internacional seja lembrado em sua proposta de atuação internacional.

Assim, mesmo não considerado um dos maiores estados da federação, em comparação aos demais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)¹² e população, o estado tem buscado sua inserção internacional. A exemplo de sua participação em foros de discussões nacionais e internacionais voltados para a atração de investimentos externos, feiras de negócios, captação de recursos em bancos de fomento para financiamento de ações sociais e de infraestrutura.

Além disso, as interações transfronteiriças na faixa de fronteira, são fatores que contribuem para a sua internacionalização. Além do potencial humano, a região apresenta-se promissora pela sua diversidade natural (cerrado e pantanal) e a presença do Aquífero Guarani.

O estado também é um importante ator no que se refere à produção agropecuária e em relação ao escoamento da produção nacional à medida que compartilha divisas com os estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, além das ferrovias e importantes eixos rodoviários e hidroviários que cortam o território do estado, sem contar com a exportação de *commodities* (produtos básicos), que colocam o Mato Grosso do Sul em posição de destaque na balança comercial brasileira, favorecendo sua inserção comercial internacional (LAMOSO, 2011:46).¹³

¹² De acordo com o IBGE, a estimativa da população do MS em 2012 era de 2.505.088 milhões de pessoas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ms&tema=estimativa2012>>. E participação de 1,2% do estado no PIB em 2010. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2265>>.

¹³ De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/SECEX, a balança comercial do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2012, “registrou “déficit” de US\$ 901,1 milhões neste acumulado de janeiro a dezembro. Este déficit foi 63,01% maior se comparado com o mesmo período de 2011. Mesmo as importações sendo maiores que as exportações, devido à

A região também torna-se promissora com os projetos de integração da IIRSA/COSIPLAN (Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana/Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento) da União das Nações Sul-Americanas¹⁴ por estar inserida no desenvolvimento dos projetos dos eixos de integração previstos. Além desses, os projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito do FCCR-MERCOSUL e URB-AL III¹⁵ envolvem cidades do Mato Grosso do Sul.

Contudo, o governo do estado do Mato Grosso do Sul reflete a realidade a maioria das entidades subnacionais brasileiras no que se tange à estrutura institucional para atender a demanda da paradiplomacia. De acordo com Ironildes Bueno (2010: 255), sob o ponto de vista institucional, até o ano 2008, nenhum estado da região Centro - Oeste dispunha de uma Secretaria de Assuntos Internacionais ou qualquer outro órgão específico para estes assuntos. No caso sul-mato-grossense, apesar de não possuir uma secretaria de estado propriamente dita, o braço executivo estadual dispõe de estruturas menores tais como: o Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais para o Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (CONEX), Assessoria para os Assuntos do Conselho de Desenvolvimento e Integração (ASSESUL)¹⁶ e divisões da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) que tratam da agenda do comércio exterior, negociações comerciais e convênios em diversas áreas.

importação de gás natural que passa pelo Estado, as exportações apresentaram um crescimento de 7,57% se comparado com o mesmo período do ano passado. Produtos como soja, açúcar em bruto, carne bovina e pasta de madeira mantiveram os índices de desempenho. Os produtos básicos (US\$ 2.647,5 bilhões) corresponderam a 62,85% das exportações, seguido dos produtos semimanufaturados (US\$ 1.357,5 bilhões) com 32,22% e manufaturados (US\$ 205,6 milhões) com 4,88%". China (22,24%), Argentina (7,88%), Rússia (6,86%), Irã (4,26%) e Holanda (4,06%) são os principais países de destino. No agregado com outros estados da federação, o Mato Grosso do Sul ocupa o 12.º lugar entre os Estados-Membros que mais venderam no exercício de 2011. Disponível em: <<http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/sites/seprotur/index.php?inside=1&tp=3&show=960>>.

¹⁴ Projetos que envolvem diretamente o MS: Projetos do Eixo Capricórnio; Projetos do Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná; Projeto do Eixo Interoceânico Central; Projetos do Eixo Mercosul-Chile;

¹⁵ URB AL III – Programa de Cooperação Regional da União Europeia com a América Latina. <http://www.urb-al3.eu/>

¹⁶ Decreto Estadual N.º 12.223, de 01 de Janeiro de 2007 e Lei Estadual N.º 3.345 de 22 de Dezembro de 2006. No caso do Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais do Estado de Mato Grosso do Sul (CONEX), o seu presidente terá ‘status’ de Secretário Especial de Estado (art. 4.º do decreto 12.223 e art. 16 da Lei 3.345).

Outra perspectiva abordada da atividade paradiplomática está no chamado “Turismo Oficial”, prática de viagens programadas que os chefes e representantes dos governos subnacionais realizam visando prospecção de investimentos, convênios ou ações de cooperação, que geralmente ocorrem em comitivas com setores da sociedade civil e representantes do empresariado. Segundo Bueno (2010), nos anos de 2007 e 2008 os principais destinos dos chefes do Poder Executivo estadual brasileiro foram os Estados Unidos e Europa Ocidental (especialmente a França). Tal fato pode indicar que, apesar de trazer benefícios para os estados, evidencia a falta de articulação dos governos subnacionais com a atual ênfase da política externa brasileira no eixo Sul-Sul, por exemplo. No caso do Mato Grosso do Sul, tal prática é presente nos últimos governos, pois importantes investimentos externos na região foram captados por iniciativas como esta.

Um fator interessante a destacar na dinâmica internacional do Mato Grosso do Sul é o engajamento do setor agroexportador, através de atividades da Federação da Agricultura e Pecuária do MS (FAMASUL) e o papel de prospecção de oportunidades internacionais que a Federação das Indústrias do MS (FIEMS) vem patrocinando, sobretudo com aproximações estratégicas com a República do Paraguai.

Apesar das boas perspectivas de inserção internacional que se apresentam favoráveis ao Mato Grosso do Sul, tanto na dimensão comercial, como na dimensão política (processo de integração, projetos de investimentos internacionais e propostas de cooperação, relações fronteiriças), um importante fator, ainda pouco explorado, pode contribuir muito para esta inserção: o papel das universidades. Justamente porque elas compreendem unidades de formação de mão de obra qualificada e centros de produção científica estratégica para propiciar melhor atuação internacional do Mato Grosso do Sul.

Atualmente, no estado, existem dois cursos de bacharelado em Relações Internacionais: um na capital, ligado a um Centro Universitário privado (UNAES/ANHANGUERA) e outro na cidade de Dourados, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Ademais, em ambos os cursos, os currículos propostos não abordam disciplinas que versam sobre os estudos da paradiplomacia e cooperação descentralizada, tampouco assuntos relacionados à cooperação internacional. Ainda que no segundo exemplo existam projetos de pesquisa que estudam o comportamento do Mato Grosso do Sul no comércio internacional, suas relações de fronteira, bem como, a atuação do estado no ambiente internacional.

Considerações finais

A complexidade e a fluidez da conjuntura internacional contemporânea refletem a crescente importância de um conhecimento holístico a respeito dos acontecimentos, isto é, uma formação interdisciplinar que rompa com as tradicionais áreas do conhecimento a partir do entrelaçamento entre várias disciplinas. A heterogeneidade da grade curricular de RI apresenta-se em consonância com esta demanda em vista da concepção do conhecimento acadêmico de forma “multi”, “trans” e “interdisciplinar”.

Observa-se, nesse sentido, amplas oportunidades de atuação profissional com atividades ainda inexploradas. No Brasil, além da área da diplomacia, o setor público também apresenta novas oportunidades de carreira. Dentre elas, as ações de paradiplomacia, de cooperação descentralizada (CD) e de cooperação internacional abrem novas perspectivas de trabalho e inserção profissional aos egressos dos cursos de relações internacionais.

Nesse processo, verifica-se a importância de mapeamento das possibilidades de atuação do analista de Relações Internacionais. O fato de muitas práticas internacionais no setor público serem realizadas por profissionais de outras áreas do conhecimento evidencia a necessidade de resposta dos cursos de RI à realidade da demanda no mercado de trabalho brasileiro.

Por serem atividades pouco institucionalizadas, o uso equivocado dessas práticas torna-se agravante. Daí a necessidade de regras mais claras de atuação internacional dos entes federados brasileiros que vão além daquelas consagradas na Constituição Federal¹⁷. Isso pode ser realizado mediante o emprego de esforços conjuntos entre governo central, entidades subnacionais brasileiras e instituições de ensino para a confecção de um manual de boas práticas da paradiplomacia, por exemplo.

O caso do Mato Grosso do Sul exemplifica nitidamente esse quadro. Diante disso, o papel da comunidade acadêmica em construir esta discussão, contribui para que o Mato Grosso do Sul aumente sua competência em gerir fluxos de cooperação internacional e investimentos internacionais, servindo como um importante ponto de apoio das atividades paradiplomáticas. É preciso maior interação entre universidade e governo para a construção de estratégias e agenda prospectiva favorável à atuação internacional do estado.

¹⁷ “Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios”. Conforme o inciso V do art. 52 da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. As relações internacionais como oportunidade profissional: Respostas a algumas das questões mais colocadas pelos jovens que se voltam para as carreiras de relações internacionais”. **Meridiano 47**, vol. 67, Fevereiro 2006., pp. 5-10.

BERNI, D. A. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Acesso em: 28 de fevereiro de 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. Brasília: 2010. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fdf20-dcf6-43e1-9e64-d6248ebd1353&groupId=10157.] Acesso em: 02 de abril de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Balança Comercial brasileira. Dados Consolidados ano de 2012 (jan-dez). Mato Grosso do Sul. Disponível em: [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1349207864.pdf.] Acesso em: 13 de março de 2013.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos do Brasil e EUA**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil, 2010.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. **Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional**. Curitiba: Juruá, 2009.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **As áreas internacionais dos Municípios brasileiros. Observatório da Cooperação Descentralizada – Etapa 1**. Brasília: CNM, 2011.

CORNAGO PRIETO, Noé. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, M. Inês e MARIANO, P. (orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC. 2004. p. 251-282.

CORRÊA, Márcio Lopes. **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, 2010.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated Sovereignties: Towards a Typology of New Actors in International Relations. In: MICHELMANN, H; SOLDATOS, P. **Federalism and International Relations. The role of subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

FELIU, P., KATO, M., REINER, G. (2013) Mercado de Trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório, publicado em **Boletim Meridiano 47**, vol. 14, nº 135, 2013. pp. 10-18. Disponível em: [<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/7852/6492>]. Acesso em: 05. De março de 2013.

HERZ, Monica; RIBEIRO HOFFMANN, Andrea. **Organizações Internacionais: histórias e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

JULIÃO, Taís Sandrim. A graduação em Relações Internacionais no Brasil, publicado em **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v.1, nº1, 2012. pp. 13-48. Disponível em: [<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2073/1134>]. Acesso em: 31 de janeiro de 2012.

KEOHANE, Robert O. e NYE JR.; Joseph S. **Transnational relations and world politics**. Cambridge: Harvard. University Press, 1981.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil, publicado em **Mercator**, v.10, nº 21, 2011, pp. 33-47. Disponível em: [<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/418/329>]. Acesso em: 04 de abril de 2013.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino das Relações Internacionais no Brasil. In: **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. (org.) José Flávio S. Saraiva; Amado cervo, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). 2005. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), págs. 51-108.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS**. Disponível em: [<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=120791>]. Acesso em: 03 de abril de 2013.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2011**. Disponível em: [www.semec.ms.gov.br]. Acesso em: 10 de abril de 2013.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes; LESSINGER, Egidio; JÚNIOR, José Romero Pereira. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Graduação em Relações Internacionais, publicado em **Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais**, nº 33, 2010. Disponível em: [<http://mundorama.net/2010/05/25/indissociabilidade-entre-ensino-pesquisa-e-extensao-na-graduacao-em-relacoes-internacionais-por-tania-maria-pechir-gomes-manzur-egidio-lessinger-jose-romero-pereira-junior/>]. Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

MASO, Tchella Fernandes; SÉLIS, Lara Martim Rodrigues. Na véspera do tempo: repensando as Relações Internacionais, publicado em **Monções: Revista de Relações**

Internacionais da UFGD, vol.1, nº1, 2012, pp. 133-155. Disponível em: [<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2076/1137>]. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Trad. Henrique A. Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; AZEVEDO, Ana Maria. **Gestão Municipal, Cooperação Técnica Internacional e Financiamento Externo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PINO, Bruno Ayllón. O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, vol. 5, jan. 2006. p. 5-23.

_____. Nuevos horizontes para los profesionales de las Relaciones Internacionales en Brasil. La cooperación internacional para el desarrollo, publicado em **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, vol.1, nº1, 2012. pp. 208-224. Disponível em: [<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/1827/1171>]. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul**. Dourados: Editora UFGD, 2013.

PRAZERES, Tatiana. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, M. Inês e MARIANO, P. (orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC. 2004, p. 283-312.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

SALOMÓN, Mónica. Em que medida é possível integrar a Cooperação Descentralizada na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira? publicado em **Revista Mural Internacional**, ano III, n. 2, 2012. pp. 09-15. Disponível em: [http://www.muralinternacional.uerj.br/pdf/9/mural_anoi_02_art02pdf.pdf]. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

SOLDATOS, P; MICHELMANN, H. **Federalism and International Relations. The role of subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

URT, João Nackle. **O conhecimento de línguas estrangeiras como exigência curricular nos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil**. No Prelo, 2013.

VENTURA, Deisy; FONSECA, Marcela Garcia. La participación de los entes subnacionales em la política exterior de Brasil y em los procesos de integración regional, publicado em **Revista Barcelona Centre for International Affairs (CIDOB)** n. 99, 2012. p. 55-73. Disponível em: [http://www.cidob.org/ca/publicacions/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/99/]

[a participacion de los entes subnacionales en la politica exterior de brasil y en los procesos de integracion regional](#)]. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Org). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: Ed. Unesp; EDUC; FAPESP, 2005.

Recebido em: Março 2014;

Aprovado em: Julho 2014.